



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PUBLICADO**

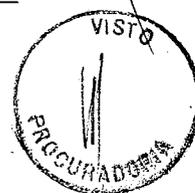
Diário D.O.M  
Data: 23/02/18  
Página 02 e 03

**TERMO DE CONTRATO Nº. 007/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MESQUITA, COMO CONTRATANTE E BAN CAR DE IGUAÇU VEICULOS LTDA, COMO CONTRATADA.**

O **MUNICÍPIO DE MESQUITA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Arthur de Oliveira Vecchi, 120, Centro, Mesquita/RJ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.132.090/0001-25, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Jorge Lúcio Ferreira Miranda, brasileiro, casado, portador do documento de identidade [REDACTED] expedido pelo [REDACTED] inscrito no CPF/MF [REDACTED] doravante denominado **CONTRATANT** e a sociedade empresária **BAN CAR DE IGUAÇU VEICULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Doutor Luiz Guimarães, nº 1.397, Centro, Nova Iguaçu/RJ – CEP: 26.215-530, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.082.648/0001-54, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **LUIZ CARLOS DE MORAES**, brasileiro, casado, empresário, portadora da cédula de identidade [REDACTED] expedida pelo [REDACTED] inscrita no CPF/MF [REDACTED], resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES Nº. 007/2018**, com fundamento no processo administrativo nº 01/1561/18, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelo disposto no **Edital do Pregão Presencial - SRP nº 35/2017** e seus anexos **RESOLVEM** celebrar o presente contrato de prestação de serviços que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O presente Contrato, tem por objeto a prestação de serviços sistema de Registro de Preços – SRP, para que se proceda, futuramente, a locação de veículos automotores, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social em seus diversos equipamentos e programas, tais como, Programa Bolsa Família, Abordagem Social, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, CRAS, CREAS e Abrigos, desta municipalidade, na forma do Projeto Básico/Termo de Referência e do instrumento convocatório.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os serviços serão executados plenamente com a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SEUS DIVERSOS EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS, DIGO, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ABORDAGEM SOCIAL, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, CRAS, CREAS E ABRIGOS, DESTA MUNICIPALIDADE de acordo com o Termo de Referência e solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço pela Secretaria Municipal de Assistência Social- SEMAS, nos moldes do Art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) Exercer a fiscalização do contrato;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato;
- e) Verificar a correta soletração e completude dos nomes acompanhados e os respectivos diários contratos no ato da assinatura deste contrato;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- f) Verificar a correção dos nomes e diários contratados informados na listagem diária enviada juntamente com os e-mails de envio das publicações;
- g) Manter seu endereço eletrônico, junto à **CONTRATADA**, atualizado, e com capacidade para receber os recortes;
- h) Verificar diariamente o recebimento do(s) email(s) regularmente enviado(s) pela **CONTRATADA**, devendo comunicá-la caso não tenha recebido;
- i) Solicitar, através da equipe fiscalizadora, a imediata substituição dos veículos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições, durante o contrato, deverão ser feitas no padrão equivalente ou superior ao estipulado, sem acréscimo de valor à CONTRATANTE.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) Prestar o serviço nos endereços constantes da Proposta Detalhe;
- c) Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) Responder pelos serviços que executar, na forma do ato-convocatório e da legislação aplicável;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) Observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, modificações das especificações ou do projeto, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) Manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- k) Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- l) Disponibilizar os veículos, devidamente registrado e licenciado, conforme características e especificações constantes no Termo de Referência, sendo vedada a utilização dos mesmos pela CONTRATADA, mesmo que para atender a outro órgão ou entidades do Município diferente do indicado;
- m) Os veículos fornecidos deverão ser novos "0 km" (zero) quilômetro e apresentar as condições de utilização mínimas necessárias para a sua utilização, conforme exigidos pelo DETRAN terão de ser substituídos pela CONTRATADA quando atingirem, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses de fabricação ou 48 KM rodados, o que ocorrer primeiro, obedecido o prazo contratual;
- n) As manutenções corretivas e preventivas dos veículos serão realizadas por conta da CONTRATADA, como troca de óleo, lubrificantes, substituição de peças, pneus, consertos em geral, etc., incidentes ou decorrentes da locação, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, necessários ao fiel cumprimento do objeto sob o contrato;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- o) A CONTRATADA deverá substituir os veículos que não apresentarem condições mínimas de segurança e conservação adequada à utilização a critério de fiscalização. Em caso de acidente ou enguiço, quando o serviço, o veículo deverá ser substituído no prazo máximo de 02 (duas) horas por veículo de mesmo modelo;
- p) Demais **obrigações definidas no Termo de Referência**, no instrumento convocatório e nos contratos decorrentes do presente Sistema de Registro de Preços.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 20.2009.08.244.159.2362 – CREAS.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.0 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 26 – Transferência do FNAS

Ficha: 326

Empenho: 115/2018

Programa de Trabalho: 20.2009.08.244.058.2145 – Bolsa Família.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.0 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 26 – Transferência do FNAS

Ficha: 309

Empenho: 116/2018

Programa de Trabalho: 20.2009.08.244.059.2146 – Implantação e Manutenção do CRAS.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.0 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 26 – Transferência do FNAS

Ficha: 313

Empenho: 117/2018

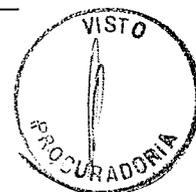
Programa de Trabalho: 20.2009.08.243.163.2366 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.0 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 26 – Transferência do FNAS

Ficha: 338

Empenho: 118/2018





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este contrato o valor mensal de R\$ 35.352,00 (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais), sendo o valor total de R\$ 424.224,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais).

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através de técnicos credenciados por escrito, conforme disposto no art. 58, III, c/c art. 67, da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) **provisoriamente**, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro.
- b) **definitivamente**, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PARÁGRAFO QUARTO** - Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Prefeitura Municipal de Mesquita.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Os serviços cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do Edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

**CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração, ficando exonerada de tais responsabilidades nos seguintes casos:

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Fato de terceiro devidamente comprovado;
- c) Quando forem verificados erros de grafia no nome das partes ou de seus procuradores, por falha dos Cartórios, ao ponto de impossibilitar o reconhecimento dos nomes acompanhados;
- d) Falhas na publicação dos Diários Oficiais;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- e) Indisponibilizações dos Diários Oficiais da Internet pelas respectivas Imprensas Oficiais e/ou disponibilizações por meio de arquivos de imagem ou criptografados, de modo a inviabilizar o processamento de dados regular da CONTRATADA;
- f) Por decisão da Administração Pública, observado o princípio da razoabilidade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A **CONTRATADA** será obrigada a re apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PARÁGRAFO QUARTO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO SEXTO** – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

**CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 424.224,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ R\$ 35.352,00 (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Município de Mesquita.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município de Mesquita ou, caso verificado pelo **CONTRATANTE**, a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, §3º, da Lei nº 287/79.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura/Nota Fiscal para pagamento à Secretaria Municipal de Assistência Social acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

**PARÁGRAFO SEXTO** – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Para o pagamento, o fornecedor deverá se manter nas mesmas condições documentais exigidas para sua habilitação.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto à nota fiscal/fatura a cópia do Termo de Opção.

**PARÁGRAFO NONO** – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE**

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IPCA, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e os arts 2º e 3º da Lei Federal n.º 10.192, de 14.02.2001.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - É vedada à inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PARÁGRAFO SEXTO** – O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

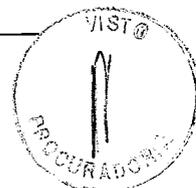
O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Município poderá:

- a) Reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) Cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e;
- c) Cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial do que está explicitado no Projeto Básico, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades e sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88, da Lei n.º 8.666/93, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, Secretário Municipal ou o Prefeito;
- b) A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Prefeito Municipal, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário do Município;
- c) A imposição da penalidade prevista na alínea "d" é de competência exclusiva do Procurador-Geral do Município, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação, na forma do art. 87, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) Será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO NONO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - O contratante penalizado com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar ficará impedido de contratar com a Administração Pública do Município de Mesquita enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Município.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Contra as decisões que resultarem em penalidade, a contratada poderá apresentar, sem efeito suspensivo:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação ou ciência do ato, nos casos de:

- a) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- b) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação ou ciência da decisão relacionada com o objeto do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração, de decisão do Procurador Geral do Município, conforme o caso, na hipótese da aplicação da penalidade prevista na alínea "d" do *caput* desta cláusula, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação ou ciência do ato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - A intimação dos atos referidos no parágrafo décimo sexto desta cláusula, excluídos os relativos à advertência e multa de mora, será feita mediante publicação na imprensa oficial.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Mesquita.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do MUNICÍPIO, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de construir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O MUNICÍPIO encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado a partir de sua publicação, consoante o previsto no art. 4º da Deliberação nº 280/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO**

De acordo com o Decreto nº 2144/2017, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, sejam de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionados, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO**

Fazem parte integrante do presente contrato:

- a) O Edital e seus Anexos;
- b) O Termo de Referência e seus Anexos;
- c) A Proposta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o foro da Comarca de Nova Iguaçu - Mesquita para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MESQUITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Mesquita, em 20 de dezembro de 2018.

MUNICÍPIO DE MESQUITA

00.032.648/0001-54

BAN CAR DE IGUAÇU VEICULOS LTDA

Rua Dr. Luiz Guimarães, 1397  
Centro - CEP: 26.215-531

NOVA IGUAÇU-RJ

Felipe de Carvalho Barbosa

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

*[Handwritten signature]*  
Justo Gabriel Rios A. Pereira  
[Redacted]

Nome:  
CPF:

[Redacted]





Empenho 142/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal 8.666/1993. **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 02/2161/18.

**SERGIO RENATO FERREIRA MIRANDA**  
**Secretário Municipal de Governo,**  
**Administração, Planejamento e Fazenda**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE**  
**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO ORDINÁRIA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; CONVOCA seus conselheiros titulares ou seus substitutos, em caso de impossibilidade, para participação da Reunião ordinária, a ser realizada no dia 26/02/2018 às 14h, na Sala dos Conselhos da Semas, situado à Av. Coelho da Rocha, 1426, Rocha Sobrinho - Mesquita, com os seguintes Pontos de Pauta:

- 1- Leitura da Ata da Reunião Ordinária de Dezembro de 2017;
- 2- Leitura da Ata da Reunião Extraordinária de Janeiro de 2018;
- 3- Ofício 054/SEMAS/PSE/2018 Solicitação de participação no Comitê do PETI;
- 4- Ofício 039/CT/2018 Conselho Tutelar;
- 5- Eleição do CMDCA;
- 6- Informes e Assuntos Gerais.

**FERNANDES DE MORAES SILVA**  
**Vice-Presidente CMDCA/Mesquita**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

CONTRATO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO DE ENERGIA ELÉTRICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A E O MUNICÍPIO DE MESQUITA/RJ. PARTES: Município de Mesquita e LIGHT Serviços de Eletricidade S/A. **OBJETO:** Regular os direitos e obrigações entre as partes concernentes ao parcelamento de débito do

devedor, que reconhece e confessa como legítimo, procedente, certo e exigível para com a Light, as faturas não pagas relativas aos meses de junho a dezembro de 2016. **VALOR TOTAL:** R\$ 864.154,19 (oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e dezenove centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 10/04/2017. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal 8.666/1993. **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 02/1248/17.

*\* Republicado por haver saído com incorreção.*

**CLAUDIA DANTAS**  
**Procuradora Geral do Município**

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018. PARTES: Município de Mesquita e RIO LASTEF COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em locação de veículos automotores, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social em seus diversos programas, tais como, Programa Bolsa Família, Abordagem Social, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, CRAS, CREAS e Abrigos, desta municipalidade, na forma do Projeto Básico/Termo de Referência e do instrumento convocatório, por 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço pela Secretaria Municipal de Assistência Social- SEMAS, nos moldes do Art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada na cláusula segunda do Termo de Contrato. **VALOR MENSAL:** O valor mensal do presente contrato é de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). **VALOR TOTAL:** R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). **DATA DE ASSINATURA:** 20/02/2018. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Empenho 114/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal 8.666/1993, Lei Estadual 287/1979, Decreto 3.149/1980 e Decreto 42.301/2010. **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 01/1561/18.

**CLAUDIA DANTAS**  
**Procuradora Geral do Município**

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2018. PARTES: Município de Mesquita e BAN CAR DE IGUAÇU VEICULOS LTDA. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em locação de veículos automotores, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social em seus diversos programas, tais como, Programa Bolsa



Família, Abordagem Social, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, CRAS, CREAS e Abrigos, desta municipalidade, na forma do Projeto Básico/Termo de Referência e do instrumento convocatório, por 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço pela Secretaria Municipal de Assistência Social- SEMAS, nos moldes do Art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada na cláusula segunda do Termo de Contrato. **VALOR MENSAL:** O valor mensal do presente contrato é de R\$ 35.352,00 (trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais). **VALOR TOTAL:** R\$ 424.224,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais). **DATA DE ASSINATURA:** 20/02/2018. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Empenho 115/2018, 116/2018, 117/2018 e 118/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal 8.666/1993, Lei Estadual 287/1979, Decreto 3.149/1980 e Decreto 42.301/2010. **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 01/1561/18.

**CLAUDIA DANTAS**

**Procuradora Geral do Município**

**CONTROLADORIA GERAL DO  
MUNICÍPIO**

**PORTARIA CGM Nº 003/2018**

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Inciso II, do art. 4º, da Lei municipal nº 412 de 11 de dezembro de 2007, **RESOLVE:**

Prorrogar prazo por igual período para a conclusão dos trabalhos constantes na Portaria CGM Nº 005/2017, de 06/12/2017, a partir desta data.

Mesquita, 05 de fevereiro de 2018

**NICOLA FABIANO PALMIERI**

**Controlador Geral do Município**

**MESQUITAPREV**

**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA –  
MESQUITAPREV**

**SUMÁRIO**

1	INTRODUÇÃO .....
2	OBJETIVO .....
3	CENÁRIO ECONÔMICO .....
3.1	INTERNACIONAL .....
3.2	NACIONAL .....
3.3	PERSPECTIVAS .....
3.3.1	INTERNACIONAL .....
3.3.2	NACIONAL .....
3.4	EXPECTATIVAS DE MERCADO .....
4	ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS .....
4.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA .....
4.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS .....
4.3	ENQUADRAMENTO .....
4.4	VEDAÇÕES .....
5	META ATUARIAL .....
6	ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS .....
6.1	GESTÃO PRÓPRIA .....
6.2	ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO .....
7	CONTROLE DE RISCO .....
7.1	CONTROLE DO RISCO DE MERCADO .....
7.2	CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO .....
7.3	CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ .....
8	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA .....
9	CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO .....
9.1	PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES .....
10	PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS .....
10.1	METODOLOGIA .....
10.2	CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO .....